

CODIE

ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NA EUROPA

CONFERÊNCIA DE VIENA
UNESCO - OUTUBRO, 1967

Bertrand Girod de L'Ain

Planificação e liberdade individual: estas duas noções são compatíveis ou contraditórias no domínio do ensino? Eis a principal questão focalizada durante seis dias em Viena, na Conferência dos Ministros de Educação da Europa, dedicada ao "acesso ao ensino superior".

Organizada pela UNESCO, a convite do governo austríaco, reuniu os ministros e os peritos de todos os países da Europa ocidental e oriental, com exceção da Albânia. Seria possível debater tal assunto sem que ressurgissem as objeções e acusações tradicionais entre "capitalistas" e "socialistas"? Uma partida foi ganha, pois não resta dúvida de que o primeiro encontro foi muito diplomático, os trabalhos realizaram-se em assembleia geral e se limitaram a uma sucessão de discursos. As demonstrações de auto-satisfação dos países do leste foram moderadas, ao passo que se afirmava o desejo de acentuar a semelhança dos problemas e das dificuldades e mesmo de criar diplomas comparáveis, passíveis de recíproco reconhecimento.

Os participantes aprovaram, por unanimidade, um relatório que demonstrava, sobretudo, a necessidade de renovar os métodos pedagógicos e de reduzir "o número de insucessos e abandonos de curso". O que veio confirmar que esses problemas não estão solucionados em parte alguma. Foi reafirmada enfim a necessidade de "promover a cooperação europeia no domínio da educação, principalmente do ensino superior". "-Vós vos definistes mais pelas vossas semelhanças do que pelas vossas oposições - declarou, ao encerrar a Conferência, Mr. René Maheu, Diretor Geral da UNESCO. - Não tenho receio de acentuar a unidade da Europa, o que não amedronta ninguém. O mundo sofreu tanto com as lutas e guerras desta Europa, que ela se tornou sinónimo de divisão".

Traduzido e condensado pela Assistente de Educação Martha Albuquerque.

I - A Leste e a Oeste

4 " Um número decrescente de países europeus autoriza a entrada de todos os bacharéis, livremente, na carreira do ensino superior de sua escolha. É o caso particular da Itália, da Holanda, da Suíça e da Áustria. Se um grande número de estudantes dentro das populações respectivas é acolhido nas faculdades italianas (aproximadamente 350 000) ou holandesas, o mesmo não acontece nos dois outros países citados. A Áustria é o único país da Europa onde, após uma considerável redução de nascimento durante e depois da guerra, o número de novos estudantes inscritos na universidade diminuiu durante o período de 1960 a 1965.

Há, no entanto, uma dificuldade a considerar para a Áustria, Alemanha ocidental, Suíça e Holanda: o bacharelado com latim é obrigatório para vários cursos do ensino superior. Na Alemanha ocidental um bacharel "moderno" pode iniciar-se em tais estudos, mas deve submeter-se a um exame de latim na faculdade. Essa barreira do "clássico" constitui privilégio para os oriundos de meios burgueses.

Na Bélgica, na França e na Dinamarca, em particular, os vestibulares existem para os estudos de engenharia. Por outro lado, na França, somente o bacharelado de matemáticas - desde este ano - e no próximo ano seu sucessor - o "bachot C" - darão livre acesso a todas as seções das faculdades de ciências. Na Dinamarca, os alunos provenientes dos liceus modernos - distintos dos estabelecimentos científicos - que pretendem seguir estudos de ciências devem submeter-se a um exame.

Na Alemanha ocidental, apesar de disposição constitucional sobre o livre acesso dos bacharéis ao ensino superior, uma restrição provisória, devido à falta de vagas, foi instituída para os estudos médicos. Este ano, 2 500 candidatos, dos 7 000 aproximadamente, foram aceitos (o mesmo aconteceu na Noruega, na Dinamarca e na Finlândia).

Para o mesmo curso e pelo mesmo motivo, os suíços instituíram em diversas universidades um "numerus clausus" para candidatos estrangeiros. Na Suécia o "numerus clausus" adotado igualmente para medicina, farmácia e odontologia, provocou tal fluxo de estudantes em outros cursos, que o acesso teve de ser limitado, principalmente para psicologia, por falta de vagas, mas também levando-se em conta os prováveis concluintes. Uma seleção à entrada é praticada em maior número de disciplinas na Finlândia e na Noruega.

Em todos os países socialistas, os bacharéis devem submeter-se a um exame especial para cada curso, antes de ingressar no ensino superior. Na União Soviética, um bacharel entre três, aproximadamente, é aceito. Por falta de vagas, e para manter uma ligação entre ensino e produção, somente a metade do contingente é admitida aos estudos de tempo integral; o restante em estudos noturnos ou por correspondência.

Os bacharéis que trabalharam dois anos devem submeter-se a um exame vestibular especial. Nos cursos considerados não prio-

ritários, como direito, filosofia, psicologia, são oferecidas somente 20% das vagas aos que não obtiveram produção. Trata-se, sem dúvida, de poder controlar o "comportamento social" dos candidatos a esses cursos, nos quais, no mundo inteiro, agrupam-se os insatisfeitos. Essa modalidade de exame especial para os bacharéis, que tenham trabalhado, não existe na Tchecoslováquia. Na Polônia, a maioria dos candidatos é admitida nas ciências, enquanto apenas um candidato entre dez tem acesso aos estudos mais solicitados, como história da arte.

O mesmo acontece na Inglaterra, onde quase 40% dos bacharéis não são admitidos às faculdades de letras, enquanto em ciências encontram sempre vaga numa universidade ou em outra; como cada universidade é responsável pela escolha de suas especialidades e de seus critérios de seleção, é estabelecida uma medida de ordem geral para os pedidos de admissão."

Esses sistemas altamente seletivos têm um rendimento elevado: 80 a 85% dos "admitidos" obtêm seu diploma nos prazos normais, quatro anos em geral, contra menos de 50% nos países onde a porta da universidade é aberta a todos. Em contraposição, os resultados são medíocres nos cursos noturnos e por correspondência, nos países socialistas. A evasão é considerável por parte dos estudantes que trabalham e estudam ao mesmo tempo, e acontece que os que chegam ao fim têm dificuldade de obter reconhecimento, por parte das empresas, de seus títulos, pois algumas entendem que a Universidade lhe concedeu o diploma por complacência. A maior parte dos países socialistas, como nos informaram vários delegados em Viena, pretendem aumentar a proporção de alunos em tempo integral. Os ruenos querem até suprimir os estudos noturnos e por correspondência, para o diploma de engenheiro, conservando-o, apenas, nesse ramo, para o nível de técnico superior.

Essa descrição sumária mostra que entre o acesso inteiramente livre ou totalmente controlado, há numerosas situações intermediárias. Por outro lado, as transformações em curso, tais como foram expostas em Viena, evidenciam um relacionamento entre concepções teóricas completamente opostas. Assim é que os conhecimentos ou as aptidões insuficientes de numerosos bacharéis e a "explosão" dos efetivos nos cursos de conclusões limitadas, como a sociologia ou a psicologia, suscitam vivas inquietações nos países onde o acesso à universidade é livre. Na França prevê-se restrições à entrada; na Itália ou na Alemanha, medidas de "desestímulo", barragem severa após dois ou três anos de estudos.

Os países socialistas, no entanto, querem tornar mais flexível seu sistema. Para o magistério superior, como para a economia, admite-se atualmente o fracasso de uma planificação muito detalhada. O ministro soviético do ensino superior, Senhor Yelyutin, declarou-nos que "a exata planificação das necessidades é simples para as profissões como a medicina e o magistério, pois as mesmas daqui a cinco ou dez anos serão amplamente determinadas pelo crescimento da população, contudo torna-se muito mais difícil para as outras profissões. É por isso que de agora em diante as autoridades centrais não fixam mais para cada faculdade o número de candidatos para especialidades limitadas, mas para grandes grupos de disciplinas ou de profissões".

Além disso, o ministro soviético quis, em seu discurso, refutar as intervenções anteriores de oradores ocidentais sobre o sistema russo de planificação, que não deixava nenhuma liberdade de escolha aos candidatos. "Atualmente, declara êle, cada um escolhe sua profissão e seu estabelecimento de ensino superior segundo suas próprias preferências".

Parece tratar-se mais de uma intenção para o futuro do que de uma realidade, como reconheceu o delegado polonês: "Planejando da maneira mais correta o desenvolvimento do ensino superior e a quantidade de quadros superiores, de acordo com as necessidades sociais, não nos criemos uma situação conflituosa entre o interesse social e o interesse dos indivíduos desejosos de estudar".

Um delegado tcheco nos disse francamente que com o crescimento do número de bacharéis, tornou-se difícil encontrar um equilíbrio entre as solicitações da sociedade em relação a diplomados em vários cursos e as aptidões individuais dos estudantes.

Acrescentou que, para tentar reduzir êsse conflito, iriam, a partir de agora, em seu país, aumentar as admissões nas disciplinas muito solicitadas, como as ciências humanas, ultrapassando as estimativas das necessidades, que são, aliás, muito imprecisas.

No Leste pretendia-se abrir uma válvula, para livre escolha dos candidatos, enquanto que em numerosos países ocidentais da Europa, afirma-se que a liberdade de acesso dos bacharéis deveria, sob uma forma ou outra, ser limitada, levando-se em conta as necessidades de várias categorias de diplomados pela sociedade. Êsse relacionamento é sobretudo evidente entre os países que chegaram ao estágio de ensino superior de massa. Aquêles que possuem mais de 10% de estudantes entre os jovens de vinte a vinte e quatro anos, isto é, todos os países socialistas (salvo a Rumânia) e também a Bélgica, a Finlândia, a França, a Irlanda e os Países Baixos.

Essa identidade de concepções é consignada, em termos sóbrios, no relatório final aprovado por unanimidade: "Ainda que vários pareceres tenham sido expressos quanto às modalidades de aplicação, todos os países reconhecem que um certo mecanismo de planificação do acesso ao ensino superior deve integrar o sistema de ensino... Todos os países envidaram seus esforços no sentido de ampliar as possibilidades de acolhimento de acordo com a demanda social."

II - Seleção ou orientação?

O prolongamento excessivo da duração dos estudos superiores é denunciado por numerosos países, e considerado de maior importância para aquêles que não selecionam a entrada. Assim é que, na Alemanha ocidental, foram formuladas proposições com vistas a restabelecer em quatro anos a duração normal dos estudos para obtenção dos diplomas. Frequentemente, os estudantes não conseguem

obtê-los, senão ao final de sete ou oito anos de estudos, o mesmo acontecendo na Holanda. Para chegar ao mesmo resultado, a Suécia adotou um currículo de estudos mais rígido em relação aos dois primeiros anos de estudos superiores.

A necessidade de criar, ao lado das fileiras tradicionais, um ensino superior de duração mais curta para formar quadros médios é discutida em numerosos países.

A Senhora Williams, ministro adjunto da educação na Inglaterra, informou-nos que lá irão "abrir, a partir de 1968, uma trintena de "politécnicos", estabelecimentos semelhantes aos institutos universitários de tecnologia franceses. Terão dois mil estudantes cada um". Existem projetos análogos, principalmente na Alemanha ocidental e na Rumânia. Por outro lado os poloneses insistiram pela necessária diversificação dos estudos superiores.

Mas como distribuir os candidatos entre as diversas fileiras e cursos? A conferência de Viena só fez ressaltar esse tema assaz delicado. O sistema de exames vestibulares foi muito criticado num estudo internacional realizado para a conferência por um polonês, o Senhor Jan Szczepanski, antigo reitor da universidade de Lodz.

"Os critérios de avaliação utilizados pelos jurís para os exames de acesso ao ensino superior, escreve êle, tornam seu valor aleatório. Um trabalho de pesquisa, realizado com êste propósito, na Polônia, merece ser mencionado. Tentando determinar as características do "candidato ideal", sôbre o ponto de vista dos examinadores, descobriu-se que os jurís confiavam em encontrar candidatos de nível superior ao previsto nos programas do ensino secundário.

E o que é ainda mais importante, sob nosso ponto de vista: esta "expectativa" não reconhece as qualidades capazes de assegurar o êxito futuro do candidato em sua profissão. Essa pesquisa evidenciou que os examinadores, em seu julgamento definitivo sôbre o candidato, atribuem à sua disciplina maior importância, ~~qualquer que~~ seja o valor da disciplina, como indicador das capacidades dos candidatos. Os fatores mais significativos da avaliação - a extensão e a variedade dos conhecimentos, a aptidão do raciocínio, a imaginação, etc. - pesam, freqüentemente, menos a seus olhos, do que uma erudição quase enciclopédica.

Conclui-se que o valor prognóstico dos exames de acesso ao ensino superior, em relação ao êxito futuro tanto nos estudos como na vida profissional, é duvidoso."

Exames vestibulares dêsse tipo, com provas escritas e orais, existem em todos os países socialistas. Aprovando essas críticas, um delegado tcheco nos informou que, de agora por diante, em seu país, tornariam flexível o processo de admissão: se o exame desempenha ainda o papel principal, os jurís levam em conta também as notas obtidas no ensino secundário. Não se dá o mesmo na União Soviética, onde, segundo o ministro do ensino superior, o Senhor Yelyutin, "tais notas só são levadas em consideração, quando se trata de desempatar candidatos com os mesmos resultados no exame vestibular".

O sistema britânico é bem diferente: repousa sobre as notas obtidas no bacharelado como também sobre uma entrevista com os candidatos, o que é muito criticado em numerosos estudos de peritos anglo-saxões. Eles consideram que este julgamento rápido das capacidades ou da personalidade do candidato é muitas vezes enganador.

Nos Estados Unidos, os essenciais critérios de seleção são o dossiê escolar, e sobretudo sua colocação na classe, e os testes de conhecimentos.

Autor de um estudo internacional sobre o tema (1), o Senhor Frank Bowles (Estados Unidos) nos dizia em Viena: "Os julgamentos feitos pelas escolas secundárias a respeito de seus alunos, mesmo levando-se em conta que há excelentes e péssimos, são o critério de seleção considerado o melhor para predizer o êxito nos estudos superiores".

E o ministro dinamarquês da educação, Senhor Andersen, declarou: "Nós seremos favoráveis ao estabelecimento de estudos internacionais sobre a elaboração dos testes de conhecimento para candidatos ao ensino superior. Mas na Dinamarca, prevê-se o emprêgo de tais testes com dados de fato, servindo como informação dos candidatos e não como meios decisivos de seleção".

Estudos mais precisos sobre os sistemas de seleção, empregados em vários países, sobre suas vantagens e seus defeitos, impõem-se para conduzir a soluções menos divergentes. Na Europa ocidental, onde as distâncias são curtas entre as cidades e onde as transferências são livres, o empenho em políticas radicalmente diferentes de acesso ao ensino superior, em cada país, arrisca-se a graves conseqüências. Constata-se isso através da medicina. Como as universidades da Alemanha ocidental só aceitaram para essa carreira um bacharel entre três, muitos deles precipitaram-se para as faculdades da Áustria. Esse pequeno país, tem, por isso, que suportar as despesas particularmente elevadas em medicina, preparando estudantes que retornarão em seguida ao seu país, onde os vencimentos são bem mais elevados. Que aconteceria amanhã se a França introduzisse uma seleção à entrada das faculdades de letras e a Bélgica mantivesse um sistema de livre acesso?

Qualquer aproximação mais importante entre as políticas universitárias reclama, de início, como salientou a conferência de Viena, dispor de dados estatísticos comparáveis apoiando-se sobre definições uniformes. É por isso que alguns ramos de estudos, que fazem parte do ensino superior variam freqüentemente e muito de um país para outro.

As estatísticas enviadas à UNESCO para essa Conferência, por todos os países europeus, e isso já representa um primeiro passo, evidenciam a necessidade de normalização, o que é patente em relação à origem social dos estudantes.

(1) "Acces to higher education" - UNESCO.

A estatística francesa, uma das mais precisas nessas definições, distingue onze categorias sociais, filhos de pais de nível superior, de nível médio, de empregado, de operário etc. Na estatística apresentada pela Alemanha ocidental, ao contrário, filhos de empregados e de operários são confundidos numa mesma rubrica. Na Itália, são as categorias "quadros superiores" e "empregados" que se misturam, o que não permite ter uma idéia do progresso da ascensão dos filhos de meios modestos ao ensino superior.

Muito mais sumárias ainda são as definições das categorias sociais adotadas pelos países socialistas: aliás, são diferentes, de um país para outro. Os tchecos só distinguem, para definir o meio social dos pais três categorias: "operários", "agricultores", "diversos", às quais os rumenos acrescentaram os "funcionários". Para os poloneses há cinco categorias sociais: "operários", "camponeses", "empregados assalariados", "artesãos" e "outros".

Quanto à Albânia, à União Soviética, como também às Repúblicas da Bielorrússia e da Ucrânia, deixaram em branco a página do questionário destinada a essa resposta.

A União Soviética e as democracias populares conduzem a uma política incontestavelmente positiva, para fazer ascender maior número de jovens dos meios modestos ao ensino superior, sendo a proporção desses estudantes mais elevada do que nos países ocidentais, é impossível conhecê-la com precisão. Por certo, no Leste tomou-se consciência, como nos informaram vários delegados dos países socialistas, de que a democratização do ensino superior não é um processo tão simples e tão rápido quanto se acreditava antigamente, e a razão principal é a enorme diferença de meio cultural entre as famílias. Parece, no entanto, que ali se hesita ainda em enfrentar o problema objetivamente.

"Não é aconselhável, sob o ponto de vista político, informar um delegado polonês, dizer que há classes "superiores" e classes "médias".

"O problema não existe, declarava o ministro soviético, pois entre nós não há classes sociais". Mesmo não havendo "classes", as empresas dos países socialistas compreendem quadros superiores e médios, como também simples trabalhadores. Não querendo distingui-los, não há possibilidade de examinar porque a proporção de filhos de operários, aprovados nos exames vestibulares ao ensino superior, é incomparavelmente menor do que de outras categorias.

A resolução prudente adotada pela Conferência de Viena nesse assunto poderá significar algum progresso. Ela recomenda à UNESCO formular recomendações sobre a reunião de dados internacionais comparáveis e sobre a normalização das estatísticas da terminologia e das definições em matéria de educação para as questões referentes ao acesso ao ensino superior.

*

*

*

S E P A R A T A

do Boletim Informativo nº 126 -- jan. 1968
Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
MEC - INEP